

## Política externa brasileira para os direitos humanos: o terceiro governo Lula da Silva

Brazilian foreign policy for human rights: the third government Lula da Silva

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133276>

Isadora Lima Resende  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil  
[isadoralresende@gmail.com](mailto:isadoralresende@gmail.com)  

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar como a política externa brasileira se posicionará em matéria de direitos humanos no novo governo Lula da Silva (2023-2026). Utiliza-se o arcabouço teórico de Análise de Política Externa, em que se entende que a política interna também é influenciadora da agenda de política exterior dos governos. Realiza-se uma pesquisa bibliográfica, de publicações oficiais do governo e de agências de notícias, partindo de uma abordagem qualitativa. O argumento é de que a mudança de governo representa também a mudança de posicionamentos no que toca a temática da política exterior brasileira para os direitos humanos. A saída de um governo que pautava esta agenda a partir de uma concepção conservadora e religiosa, tanto no âmbito interno, quanto no âmbito externo, representa a possibilidade de retomada de posição progressista e de entendimento do direito internacional no que toca a defesa dos direitos humanos. Ações já verificadas nos primeiros cem dias de governo são a saída do Consenso de Genebra e a volta ao Pacto das Migrações, apontando o rompimento de uma compreensão ultraconservadora de direitos humanos e em direção de uma política externa progressista para esta matéria.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; Direitos Humanos; Governo Lula da Silva.

### Abstract

The objective of the article is to analyze how Brazilian foreign policy will position itself on human rights issues in the new Lula da Silva government (2023-2026). It uses the theoretical framework of Foreign Policy Analysis, in which it is understood that internal policy also influences the foreign policy agenda of governments. It is carried out through bibliographical research, official government publications and news agencies, starting with a qualitative approach. The argument is that the change of government also represents a change of positions regarding the theme of Brazilian foreign policy on human rights. The departure of a government that guided this agenda from a conservative and religious conception, both internally and externally, represents the possibility of regaining a progressive position and an understanding of international law in the defense of human rights. Actions already seen in the first hundred days of government include departure of the Geneva Consensus and the return to the Migration Pact, pointing to the breaking of an ultra-conservative understanding of human rights and towards a progressive foreign policy in this area.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; Human rights; Lula da Silva Government.

Recebido: 16 Junho 2023  
Aceito: 03 Novembro 2023

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo financiamento da pesquisa de doutorado.

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



## Introdução

O governo federal de Jair Bolsonaro (2019-2022) representou mudanças para a política brasileira em sua quase totalidade, e a atuação em política exterior não esteve fora dessa lógica. Com uma condução baseada no antiglobalismo, tradições diplomáticas foram abandonadas e, para os direitos humanos, o posicionamento interno e internacional do Brasil foi ressignificado. Tudo isso feito em favor de sua manutenção no poder, utilizando como método para atingir este objetivo a fidelização de uma base eleitoral conservadora e religiosa, em detrimento dos posicionamentos históricos que eram parte de uma perspectiva estratégica para o Brasil (LIMA; ALBUQUERQUE, 2022).

Nos governos anteriores a Bolsonaro, até 2016, a narrativa da política externa para os direitos humanos era construída a partir do processo de democratização, ou seja, seguia o princípio de prevalência dos direitos humanos, presente na Constituição Federal (MONTE; HERNANDEZ, 2021). Ao tomar o governo Bolsonaro como um ponto de inflexão, com o governo de Lula da Silva iniciado em 2023, tem-se o questionamento de quais serão a tônica e a importância dadas ao tema.

Nesse sentido, busca-se analisar elementos que permitam classificar um reposicionamento para os direitos humanos nos primeiros meses do governo Lula da Silva. A pergunta de partida do trabalho, portanto, é a seguinte: como a política externa brasileira se (re)posicionará em matéria de direitos humanos no novo governo Lula da Silva (2023-2026)? Argumenta-se que, para os direitos humanos, a prática será de retorno a ações e posicionamentos tradicionais e progressistas, a partir de movimentações que renunciem as práticas dos últimos quatro anos.

Com intento de responder à indagação, utiliza-se o método de pesquisa de revisão bibliográfica de maneira a compreender o ponto de inflexão que foi a política externa de Jair Bolsonaro para os direitos humanos, e como, nos primeiros meses do novo governo, se delineia a condução de política exterior. Para tanto, foi selecionada bibliografia especializada sobre o tema da política externa brasileira e sobre a condução da pauta dos direitos humanos pelo Estado brasileiro, para demonstrar a existência de uma inflexão e marcar o argumento de que o novo governo indica o retorno aos moldes tradicionais da política externa de direitos humanos. Por outro lado, realizou-se levantamento de informações por meio de publicações oficiais do governo e agências de notícias, a fim de fundamentar a análise dos fatos, dado que o trabalho tem como marco temporal os cem primeiros dias de governo<sup>1</sup>.

O trabalho está dividido em duas seções, além desta introdução e considerações finais. Na primeira parte é apresentado o que se aponta como ponto de inflexão na tradicional diplomacia brasileira para os direitos humanos experimentada no governo Jair Bolsonaro. Na segunda parte são introduzidas as novas direções as quais o novo governo pretende conduzir a política externa brasileira. A análise do posicionamento que será dado aos direitos humanos na esfera internacional é feita a partir de casos concretos de decisões tomadas pelo governo durante os primeiros cem dias de governo. Por fim, nas considerações finais, entendemos que o Brasil deixará de pautar sua política em valores ultraconservadores da direita, alinhando-se à interpretação do direito internacional para os direitos humanos.

## Período conservador nos direitos humanos

A política externa é, para Pinheiro (2010), um conjunto de diretrizes que fundamenta o comportamento exterior de um ator político, geralmente associado a um Estado e a seus interesses que, pressupõe-se, representam o todo que compõe este Estado. A política exterior é pensada por atores deste Estado e, por isso, tem duas características: a de política transversal e a de política pública. Sobre a primeira, Faria (2018) aponta que a atual política externa é horizontal, dado que

<sup>1</sup> Os documentos oficiais do novo governo eleito, os discursos dos ministros das Relações Exteriores e dos Direitos Humanos e Cidadania, além do Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental e as agências de notícias, sendo fontes secundárias, fundamentam a análise ao demonstrar que as ações do novo governo em matéria de direitos humanos deixaram de ser pautadas por uma ideologia conservadora e religiosa, mas sim pelo entendimento internacional do que são os direitos fundamentais dos direitos humanos. Buscou-se verificar os pontos em que, nos discursos e relatório, estivesse expressa a mudança de direção a ser dada pelo novo governo nesta matéria, ou seja, em que foram reconhecidos os retrocessos do governo anterior e assinaladas as mudanças que o governo Lula da Silva pretende realizar. Estes documentos foram selecionados com o intuito de demonstrar o que o novo governo eleito vocaliza em termos de política externa para os direitos humanos e as ações concretas realizadas neste sentido durante o período analisado. Lembramos que a análise de conjuntura realizada se refere aos 100 primeiros dias de governo, e por esta razão os dados e ações governamentais analisados são aqueles que indicam o retorno de uma política externa progressista para os direitos humanos até este momento.

o Ministério das Relações Exteriores (MRE) não é o único órgão de formulação e execução, mas também as agências do Executivo e de outros ministérios que possuem secretarias ou órgãos de relações internacionais. Sem exclusividade na formulação por parte do MRE, nota-se a multiplicação de atores e agendas de política externa, o que incita sua compreensão como política pública.

Mesmo com o entendimento de que a política externa do Brasil possui princípios e objetivos<sup>2</sup> que se mantêm inalterados ao longo dos anos, ainda que governos de bases ideológicas distintas tenham estado no poder (LIMA; HIRST, 2006), a política exterior de Jair Bolsonaro representou um ponto de inflexão em relação à tradição diplomática brasileira em diversos temas. Desde o período eleitoral, a política externa foi utilizada como instrumento de crítica aos governos petistas anteriores e alguns consensos da diplomacia brasileira foram questionados, a exemplo do engajamento em temas sociais e do meio ambiente. Durante o seu mandato, as temáticas de cunho religioso e comportamental conservadoras estiveram em voga para o tratamento de variados temas legislativos e internacionais (CASARÕES, 2019), o que é corroborado pela sua primeira escolha para ministro do MRE, Ernesto Araújo.

Entende-se a política externa neste período como conservadora ao saber, por exemplo, que o ministro do MRE entendia a condução da política exterior brasileira, até então, como uma política pautada pela ideologia petista-marxista (ARAÚJO, 2018). Para além disto, viu-se, neste governo, que a liberdade de imprensa esteve ameaçada, bem como a independência da justiça, o desenvolvimento do sistema educacional nacional, além de ameaças a grupos ativistas da sociedade civil, mudanças na atribuição de temas relacionados aos povos indígenas, e o enfraquecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MONTE; HERNANDEZ, 2021).

Na consecução de política exterior, o Brasil esteve isolado de seus vizinhos durante o este governo, bem como dos âmbitos multilaterais. Houve esvaziamento de agenda, não participação e falta de pagamento das cotas aos organismos internacionais. A visão isolacionista prejudicou a projeção internacional do Brasil em diversos temas da agenda global: no negacionismo em temas ambientais, nos esforços de combate à pandemia de Covid-19, na promoção de uma visão deturpada de direitos humanos, e no abandono de uma política voltada ao Sul Global. Neste mesmo sentido, esforços de integração política, comercial e de infraestrutura com o entorno regional brasileiro foram inexistentes, mais ainda, adotou-se uma postura oposta à integração: houve o desmonte da Unasul, a saída do Brasil da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e o desmantelamento do MERCOSUL enquanto uma união aduaneira (GABINETE DE TRANSIÇÃO, 2022).

Em uma toada de desmonte, neste período a política externa careceu de estratégia para a inserção do Brasil no mundo. Em matéria de direitos humanos, no entanto, pode-se dizer que havia uma estratégia, a qual visava a fidelização e acomodação dos interesses dos grupos pró-Bolsonaro. A forma conservadora e antiprogressista como o tema foi levado a cabo nos últimos quatro anos é prova disto e o posicionamento anti-gênero, que parte de uma visão de direitos humanos orientada pela religião, é exemplo. Em sentido que os ministérios eram conformados para a fidelização das bases, o então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), atuante na matéria nacional e internacionalmente, defendia uma concepção tradicional do conceito de família e o repúdio e criminalização do aborto. Essa tônica foi adotada especialmente pela ministra que assumiu a pasta, a advogada e pastora evangélica Damares Alves.

Enquanto ministra, Alves foi capaz de limitar a política de direitos humanos, retroceder avanços e criar conflitos entre a burocracia e a comunidade de política pública nesta área (AVRITZER, 2021). O MMFDH se configurou, então, como espaço para as ações de consolidação do grupo neoconservador. Mesmo sendo parte da política brasileira há um longo período, foi sob Bolsonaro que o grupo evangélico estreitou seus laços e pôde ser parte, de forma orgânica, da institucionalidade do governo (MONTE; HERNANDEZ, 2021).

<sup>2</sup> Princípios como a não-intervenção, o pacifismo, a igualdade soberana das nações e o respeito ao direito internacional (SARAIWA, 2013).

Conformado como um ator doméstico e legislativo, o grupo evangélico que era parte do eleitorado de Bolsonaro foi capaz que transpor sua agenda de direitos humanos para a política externa. É nesse sentido que se entende a multiplicação de atores em política exterior, tal como dado pela APE, em que grupos da sociedade civil (aqui, os evangélicos) foram parte do processo decisório da pauta a ser defendida pelo MMFDH. Assim, a política para os direitos humanos foi incluída em uma abordagem conservadora do novo grupo no poder (SÁ E SILVA, 2020). Essa abordagem diferia da tradição brasileira tanto legislativamente, quanto diplomaticamente, quando o país passou a votar, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), de forma distinta de sua tradição em temas como gênero, ou em favor de Israel, marcando uma nova aliança com este país (BELÉM LOPES, 2021).

Desta forma, em política externa para os direitos humanos no governo Bolsonaro, o MRE não era o único ator formulando e executando políticas, ou representando o Brasil em fóruns internacionais. O MMFDH foi importante ator político no posicionamento internacional brasileiro ao vocalizar os princípios conservadores em fóruns como o CDH, sendo a ministra Damares a principal representante do Brasil, ou na assinatura do Consenso de Genebra<sup>3</sup>, em 2020, por exemplo. A natureza da política exterior levada a cabo pelo presidente permitia que a ministra executasse as proposições do eleitorado evangélico conservador de Bolsonaro (MONTE; HERNANDEZ, 2021).

A ativa atuação da ministra do MMFDH nas pautas de direitos humanos que extrapolavam o âmbito interno e estavam em acordo com a pauta evangélica baseou o posicionamento brasileiro nas pautas de gênero, migrações e de direitos indígenas, por exemplo. Isto é parte do processo de desencapsulamento das pautas de política externa, que extrapolam o MRE e chegam a outros ministérios e agências do Executivo (FARIA, 2018).

Destarte, as mudanças do discurso diplomático, somadas às novas alianças ultraconservadoras, foram base para o desmonte de políticas públicas domésticas e de posicionamentos internacionais que se referiam à igualdade de gênero, direitos sexuais reprodutivos e direito de minorias (GABINETE DE TRANSIÇÃO, 2022). O início de um novo governo Lula da Silva foi marcado como uma possibilidade de retorno às pautas tradicionais que respeitam os direitos dos povos, tanto nacionalmente, quanto na política exterior. A próxima seção abordará os caminhos já trilhados pelo governo em sentido de um “novo” posicionamento nessa matéria.

### **A política externa de Lula da Silva III para os direitos humanos**

Lula da Silva foi eleito, em 2022, com um discurso contrário ao autoritarismo vivenciado nos quatro anos anteriores. Nesse sentido, o novo governo constituiu-se internamente como uma frente ampla com a inclusão de atores políticos de diferentes espectros ideológicos e representantes progressistas da sociedade civil, a fim de combater a extrema-direita ultraconservadora, ultranacionalista e antidemocrática (MILANI; IVES, 2023).

Ao analisar comparativamente três discursos do presidente eleito após o fim das eleições, Milani e Ives (2023) elencam e analisam as prioridades que aquele pretende conceder à política externa. A principal estratégia é a de uma política exterior que retorne aos procedimentos executados nos seus governos anteriores (2003-2010) e saia do lugar de pária que o governo Bolsonaro colocou o Brasil. Como exemplos de ações concretas que simbolizam este retorno, estão: o retorno do multilateralismo como instrumento diplomático; a retomada a integração regional, com a priorização da América Latina e América do Sul, e reativação dos fóruns regionais (UNASUL, MERCOSUL e CELAC); retorno da confiança de investimentos estrangeiros, do relacionamento com os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia em termos de comércio; a reivindicação para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e, um dos aspectos principais para o tema das relações exteriores, a importância do tema da crise climática, com a finalidade de proteger os biomas e a floresta amazônica (MILANI; IVES, 2023, p. 131; ALMEIDA, 2023). Assim, dada a conjuntura doméstica e internacional do início dos anos 2020, a agenda ambiental se mostra como prioritária no arcabouço externo do novo governo.

<sup>3</sup> Os objetivos e participantes do Consenso de Genebra serão elucidados na seção seguinte.

Se, em seus dois primeiros mandatos, Lula da Silva procurou elevar o protagonismo do Brasil a partir do trabalho como mediador de conflitos internos em países do seu entorno geográfico, vide o comando da Minustah em 2004<sup>4</sup>, neste terceiro momento à presidência este protagonismo será buscado a partir do debate climático e da necessidade de proteção da Amazônia. O movimento é de legitimação do lugar do Brasil como ator diplomático relevante no tema ambiental global (MILANI; IVES, 2023).

Outra ênfase a ser dada por este governo é a temática dos direitos humanos, especialmente o que toca as questões de minorias, luta contra a pobreza, direitos reprodutivos e das mulheres, dos migrantes, entre outros. Tendo sofrido ataques negacionistas e passado por uma reinterpretação dos seus sentidos políticos durante o governo anterior, de acordo com Milani e Ives (2023), sob um governo progressista de esquerda esta temática deverá passar por reconfigurações significativas.

Nos primeiros mandatos de Lula da Silva a temática dos direitos humanos teve seu espaço na política externa. Fernández e Abílio (2023) apontam que diferentes atores não governamentais domésticos estiveram em diálogo com o Itamaraty, a presidência, o Ministério da Justiça, o Congresso e secretarias especiais com a finalidade de construir arranjos institucionais que viabilizassem uma política exterior preocupada com os direitos humanos. Neste sentido, em 2005 foi criado o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE), contando com o objetivo de discutir posições internacionais a partir de coalizão entre entidades da sociedade civil e o governo, trazendo ponto de crítica sobre a transparência e participação dos processos de elaboração e execução de política externa para os direitos humanos.

No mandato que se inicia, entretanto, o discurso está acerca do que o novo governo pretende realizar dado o conservadorismo e a agenda de direita que estavam em voga anteriormente. É importante que se demonstre o que foi vocalizado nos discursos dos ministros dos direitos humanos e das relações exteriores. Silvio Almeida, novo ministro do MDHC, apontou, em sua posse, que políticas relacionadas aos direitos humanos foram deliberadamente descontinuadas e orçamento da pasta ministerial bastante reduzido. À vista disso, a proposta do ministério é “reconstruir tudo aquilo que foi desmontado por este verdadeiro projeto de destruição nacional que chamávamos de governo anteriormente” (MDHC, 2023, s.p.).

Já Mauro Vieira, novo ministro do MRE, mencionou os direitos humanos em seu discurso de posse para reforçar o alinhamento da política externa com este, nos parâmetros da Constituição Federal e do direito internacional, buscando promover a igualdade de gênero, o combate à discriminação e à violência por motivos de orientação sexual e identidade de gênero, a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a xenofobia e a defesa dos direitos dos povos indígenas (MRE, 2023b). Se nos discursos oficiais dos agentes governamentais percebe-se o compromisso com um retorno de uma agenda progressista da pauta, cabe elencar as ações concretas já realizadas pelo governo no sentido de viabilizar este retorno.

No último mandato do Brasil no CDH, de 2020-2022, as votações do país foram divergentes da sua tradição diplomática. Como exemplo, tem-se o posicionamento favorável a Israel em duas resoluções concernentes a territórios reivindicados pela Síria e governo palestino (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Se, no governo Bolsonaro, o Brasil saiu de sua tradição em posicionamentos, coube ao novo governo, na figura do ministro Silvio Almeida, oficializar candidatura para um novo período de participação no Conselho (2024-2026), assegurando que a política de direitos humanos se configura como pedra angular da política brasileira. A importância da candidatura está na relevância para a Política Nacional de Direitos Humanos, como também na oportunidade de o Brasil exercer influência na comunidade internacional, especialmente no Sul Global, nesta matéria (MDHC, 2023). Com este movimento, o Brasil demonstra seu comprometimento com o CDH, com os tratados internacionais nesta matéria e com a Revisão Periódica Universal (RPU).<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Neste artigo não se intenta aprofundar na crítica sobre a condução da Minustah pelo governo brasileiro. No entanto, endentemos a importância da contextualização do caso, em que mesmo sendo considerada pelo governo à época como um sucesso, é alvo de duras críticas sobre a sua conduta em matéria de direitos humanos. Com grande extensão temporal, de 13 anos, a operação recebeu diversas denúncias de má conduta das tropas brasileiras, com casos de abuso sexual em troca de alimento, por exemplo, sem julgamento dos militares envolvidos (CHADE, 2017).

<sup>5</sup> A Revisão Periódica Universal é um instrumento de avaliação dos direitos humanos nos Estados membros da ONU (MDHC, 2018).

Em fins de 2022, o Brasil passou pelo 4º Ciclo do Mecanismo de RPU, a sabatina que os países da Organização das Nações Unidas (ONU) enfrentam, quadrienalmente, e representa uma prestação de contas na área dos direitos humanos. Nesta sabatina os Estados-membros da ONU fazem recomendações ao país com base em documentos disponibilizados pelo próprio Estado sabatinado, pelos problemas apontados pela sociedade civil, e pelos relatórios de agências da ONU sobre os direitos humanos do país. 306 recomendações foram feitas pela RPU, das quais o atual governo acatou 304<sup>6</sup>, dentre elas recomendações a respeito das migrações e refúgio, proteção de grupos indígenas e quilombolas, políticas de gênero, enfrentamento da Covid-19, combate ao trabalho escravo e à tortura, entre outros (CONNECTAS, 2022).

Neste sentido, duas ações internacionais por parte do novo governo são sintomáticas para o entendimento de um retorno às tradições diplomáticas brasileiras em direitos humanos: a saída do Consenso de Genebra e a volta ao Pacto das Migrações. O primeiro foi assinado em 2020 conjuntamente pelos ministros Damara Alves e Ernesto Araújo, juntamente com cinco países: EUA, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda, com o objetivo de “promover a saúde da mulher e reforçar o papel da família como unidade fundamental da sociedade” (BRASIL, 2020). Apesar deste objetivo, a declaração mostrou a face conservadora, religiosa e heteronormativa do conceito de família, e defensora da pauta antiaborto e “pró-vida” (CHADE, 2020). Já no primeiro mês de mandato o governo Lula da Silva atualizou o posicionamento neste fórum e anunciou sua saída do Consenso. De acordo com matéria publicada pelo MRE, o documento tem entendimento limitado dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e do conceito de família, podendo comprometer a legislação nacional sobre o assunto, incluídos os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Como alternativa à Declaração de Genebra, o governo entende que o Compromisso de Santiago e a Declaração do Panamá<sup>7</sup> estão alinhados com a legislação brasileira e promove, de fato, a igualdade de gênero, o combate à violência e discriminação, e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (MRE, 2023a).

A segunda ação já sinalizada pelo novo governo é a volta ao Pacto das Migrações. Assinado em dezembro de 2018 por 164 países, o Brasil o deixou no começo de 2019 sob alegação de ameaça à soberania nacional. O Pacto foi criado para reforçar a cooperação internacional sobre o gerenciamento da migração, a facilitação da regularização migratória, o fornecimento de serviços e a eliminação da discriminação ao migrante. O retorno do Brasil ao Pacto, na primeira semana do novo governo, significa o retorno do cumprimento dos compromissos com a migração, beneficiando também os 4 milhões de brasileiros no exterior, número maior do que a quantidade de migrantes vivendo no país. Corroborando que o Pacto não afeta a soberania brasileira, ele está de acordo com a Lei de Migração (13.445/17), a considerando como um direito do ser humano, não um tema de segurança nacional (CONNECTAS, 2023).

Conforme as palestras do Seminário Política Externa e Direitos Humanos, promovido pela Escola Nacional da Defensoria Pública da União (2023), o Brasil tem reorientado quase a totalidade de seus compromissos com os direitos humanos desde o início do governo de Lula da Silva. O país voltou a orientar suas diretrizes nas ações sobre migração, direitos indígenas, políticas de gênero, trabalho escravo, racismo, fortalecimento da democracia, clima e meio ambiente, tanto na política interna, quanto na política externa, para o que se entende internacionalmente como direitos fundamentais dos direitos humanos. Além de rever as orientações em relação às recomendações do relatório da RPU, o governo assumiu o compromisso de implementá-las. O Brasil participou da sessão do comitê contra a tortura da ONU, e confirmou proposta de cooperação técnica com o Paraguai que, dentre outros assuntos, envolve uma cooperação para os direitos humanos. Em sentido de reorientação da política de direitos humanos, a sociedade civil e os outros poderes, que não somente o Executivo, são estruturas capazes de discussão e participação na política.

Assim, ao voltar-se para a tradicional orientação de política externa para os direitos humanos, o novo governo pode direcionar ações para que o sistema internacional de direitos humanos tenha participação efetiva na vida das pessoas.

<sup>6</sup> O período de análise foi o de 2019 a 2022. O Brasil rejeitou proposições de Egito e Rússia, que defendiam um conceito tradicional de família (CONNECTAS, 2022).

<sup>7</sup> O Compromisso de Santiago foi criado durante a pandemia de Covid-19 como instrumento para a desigualdade de gênero, e a Declaração do Panamá procura construir pontes para um pacto social e econômico gerido por mulheres (ANDRADE, 2023).

Mesmo que em assuntos de política exterior o meio ambiente e o clima sejam as prioridades do novo governo, o retorno de uma política progressista é essencial para o abandono de ideias ultraconservadoras e de direita que nos últimos quatro anos estiveram à frente da atuação em direitos humanos.

### Considerações finais

A eleição de um governo de direita representou reveses em toda a política doméstica e internacional do Brasil, entre os anos de 2019 e 2022. Na política externa para os direitos humanos a tônica foi a mesma. Entendendo a política exterior como uma política pública, vemos que, neste período, os representantes da sociedade e de governo com interesses na temática de direitos humanos estiveram concebendo e operando uma política externa conservadora.

Com discursos e práticas nacionalistas com grande fundo religioso, o país passou a defender uma agenda moral, conservadora e antiglobalista para os direitos de gênero, reprodutivos, de migração, na agenda climática, entre outros. Esse alinhamento com a tradição cristã conservadora veio do alto posto do Executivo, mas também executada nos postos ministeriais em que a retórica neoconservadora encontrou voz: o MRE e o MMFDH, não acidentalmente atores de política exterior que levaram a cabo um reposicionamento em matéria de direitos humanos que satisfazia a base eleitoral de Jair Bolsonaro.

Findado este governo, a eleição de Lula da Silva sinalizou a retomada de prioridades em política exterior, como o retorno ao multilateralismo com a volta da concertação regional (UNASUL, MERCOSUL e CELAC), e com o compromisso de pautar a agenda interna e externa de direitos humanos de acordo com o direito internacional. A saída do Consenso de Genebra e a volta ao Pacto das Migrações simbolizam o indício de retorno à normalidade do direito, bem como a indicação de reingresso no CDH e o aceite de implementar recomendações da RPU.

Desta forma, entende-se que o posicionamento do novo governo seja de reorientar os direitos humanos para os padrões historicamente seguidos, segundo a tradição diplomática brasileira, e orientar a política externa nesse mesmo sentido, para que tanto esta, quanto as políticas públicas do Estado brasileiro cumpram com o direito internacional para os direitos humanos. Assim, conseguir garantir os direitos dos povos indígenas, combatendo o racismo, buscando o fortalecimento da democracia e respeitando as políticas de migração e de gênero.

Tendo em vista que esta análise preliminar compreende os 100 primeiros dias do novo governo Lula da Silva, é importante pensar que este governo está em andamento e os movimentos aqui analisados são aqueles vocalizados por membros do governo, seja o ministro do MRE, ou o ministro do MDHC, bem como as ações concretas já realizadas e aqui elencadas durante este marco temporal. Para o futuro da pauta nos próximos anos de mandato, podemos entender que uma agenda progressista de direitos humanos deve ser a tônica, com atenção às questões climáticas e de proteção ambiental, em voga na política exterior deste governo, bem como os direitos referentes à proteção indígena, especialmente o processo de demarcação de suas terras e o fortalecimento da Funai (Fundação Nacional do Índio), além do combate ao racismo no país, verificado com as ações policiais letais contra a população negra, o combate à tortura e acesso à justiça a essa população.

Dado que no governo anterior esses aspectos ligados aos direitos humanos também sofreram com a condução conservadora, cabe a estudos futuros o acompanhamento desses pontos durante o terceiro mandato de Lula da Silva, para além dos temas de migração e refúgio e de direitos reprodutivos e das mulheres.

### Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Perspectivas da diplomacia no terceiro governo Lula, 2023-2026. **CEBRI-Revista**. Ano 2, N. 5 (Jan-Mar), p. 58-78, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.05.03.03.58-78.pt>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ANDRADE, Tainá. Brasil sinaliza ingresso em pactos internacionais pelo direito das mulheres. **Correio Braziliense**. 2023. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5066747-brasil-sinaliza-ingresso-em-pactos-internacionais-pelo-direito-das-mulheres.html>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. Mandato popular na política externa. **Gazeta do Povo**, 25 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetado-povo.com.br/opiniao/artigos/mandatopopular-na-politica-externa-dz03voyxuwbd3ds9rmOn696gh/>>. Acesso em: 16 out. 2021.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BELÉM LOPES, Dawisson. Dois anos de uma política externa rudimentar. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Brasil anuncia retorno ao Pacto Global para Migração. **Conectas** – 05 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/brasil-anuncia-retorno-ao-pacto-global-para-migracao/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Brasil assina declaração sobre defesa do acesso das mulheres a promoção da saúde. **Serviços e Informações do Brasil** – 23 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Brasil lança candidatura oficial ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** – 02 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/brasil-lanca-candidatura-oficial-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Brasil rompe tradição diplomática e vota a favor de Israel na ONU. **Folha de S. Paulo** - 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/brasil-muda-tradicao-diplomatica-e-vota-a-favor-de-israel-na-onu.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamento Propio**, v. 24, p. 231-274, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/eleicoes.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2021.

CHADE, Jamil. Soldados brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. **Estadão**, 17 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias/>>. Acesso em: 07 out. 2023.

CHADE, Jamil. Com islâmicos, Brasil tenta esvaziar resolução sobre direito das mulheres. **UOL**, São Paulo, 07 de julho de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/03/com-islamicos-brasil-tenta-esvaziar-resolucao-sobre-direito-das-mulheres.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ministério das Relações Exteriores**. 2023a. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra)>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Discurso do embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2023b. **Ministério das Relações Exteriores**. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-dasrelacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-doembaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posseno-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Desencapsulamento, politização e necessidade de (re)legitimação da Política Externa Brasileira: razões e percalços para o seu monitoramento e avaliação. **Revista Tempo no Mundo**, v. 4, p. 65-94, 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/2>>. Acesso em: 19 out. 2021.

FERNÁNDEZ, Marta; JÉSER ABÍLIO. Potencialidades e desafios do novo governo Lula à democratização da política externa brasileira. **CEBRI-Revista**. Ano 2, N. 5 (Jan-Mar), p. 96-126, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.05.03.05.96-126.pt>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

**Gabinete de Transição Governamental**. Relatório final. 2023. Disponível em: <<https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>>. Acesso em: 18 maio 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista**. Ano 2, n. 5 (Jan-Mar), p. 79-95, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.05.03.04.79-95.pt>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. A foreign policy oriented toward personal interests: An analysis of Bolsonaro's approach to multilateralism. **Latin American Policy**, v. 13, p. 389–404, 2022. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/lamp.12275>>. Acesso em: 9 maio 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21–40, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2006.00513.x>>. Acesso em: 4 maio 2015.

MILANI, Carlos; IVES, Diogo. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. **CEBRI-Revista**. Ano 2, N. 5 (Jan-Mar), p.127-146, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2023.05.03.06.127-146.pt>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MONTE, Déborah Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. **Videre**, v. 13, n. 28 (set.-dez.), p. 89–123, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/videre.v13i28.15329>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889- 2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

Revisão Periódica Universal da ONU: 10 pontos do relatório do Brasil sobre direitos humanos. **Conectas** – 09 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/revisao-periodica-universal-10-pontos-do-relatorio-do-brasil-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

**REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/relatorios-internacionais-1/revisao-periodica-universal>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SÁ E SILVA, Michelle Morais de. Once Upon a Time, a Human Rights Ally: The State and its Bureaucracy in Right-Wing Populist Brazil. **Human Rights Quarterly**, v. 42, n. 3, p. 646–666, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/hrq.2020.0036>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SARAIVA, Miriam. Continuidade e mudança na política externa brasileira: especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**. Lisboa, v. 37, p. 63-78, mar. 2013. Disponível em: <[https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri37/n37a06.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri37/n37a06.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2018.

SEMINÁRIO: POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS. **Escola Nacional da DPU**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=njkDUS5T5no>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Silvio Almeida reverencia luta por memória, verdade e justiça em discurso de posse como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania – Brasília, 3 de janeiro de 2023. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/silvio-almeida-reverencia-a-luta-por-memoria-verdade-e-justica-em-seu-discurso-de-posse-como-ministro-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Isadora Lima Resende:

Conceitualização; Visualização; Investigação; Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)